

# **CLIPPING IMPRESSO**

**24/03/2022**



# INDICE

---

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. INSTITUCIONAL	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
2.2. O ESTADO DE SÃO PAULO.....	3 - 5
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	6 - 7
4. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
4.1. JORNAL O PROGRESSO.....	8 - 9

# Presidente da AML quer estreitar laços em projetos culturais e literários com a AIL

*Lourival Serejo foi recebido por seus confrades na Academia Imperatrizense de Letras*

**Domingos Cezar**

O recém eleito e empossado presidente da Academia Maranhense de Letras – AML, Lourival Serejo foi recebido na tarde desta terça-feira (22), por seus confrades, na sede da Academia Imperatrizense de Letras – AIL. Ele pretende estreitar laços culturais e literários com a AIL, entidade da qual é membro fundador.

O acadêmico Agostinho Noleto foi escolhido pelo presidente Raimundo Trajano Neto para fazer a saudação ao ilustre visitante. Inicialmente, Noleto lembrou que, quando o Desembargador Lourival Serejo foi presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, se destacou na função e se tornou mais conhecido e respeitado.

“Agora, como presidente da AML certamente vai estreitar ainda mais as relações entre as instituições literárias e culturais de nosso Estado”, afirmou Noleto. Suas palavras foram endossadas pela acadêmica Maria Helena Ventura, que destacou sua admiração ao trabalho de Serejo, tanto na área da literatura, quanto na Justiça.

Por sua vez, o presidente da AML disse de sua satisfação de retornar à sua casa, destacando, em seguida, o apoio que a Academia Maranhense de Letras vem recebendo do governo do estado, por intermédio da Secretaria de Cultura. “Eles tem nos prestigiado com a publicação de livros de escritores membros dessas instituições literárias”, afirmou.

O advogado Gilson Ramalho, ao usar da palavra, parabenizou o novo presidente da AML e fez lembranças ao projeto Amigos da Academia, onde ele esboça uma forma de pessoas da comunidade colaborarem financeiramente com a AIL. Falou do seu projeto de restauração da fachada da casa onde nasceu e viveu a historiadora Edelvira Marques.

**Retorno** – Nesta sexta-feira (25) a Academia retorna suas atividades normais pós-pandemia, com sua primeira reunião ordinária presencial. Na ocasião, o presidente Trajano Neto expõe a programação da entidade para este primeiro semestre, e o acadêmico Cícero Marcelino proferirá a palestra “Escolas Literárias”, tendo como público alvo os acadêmicos e pessoas da comunidade.



Fotos: Paulo Ney

***Acadêmicos ouvem explanação do confrade Lourival Serejo...***



***Em seguida posam na companhia dos visitantes***

## Conciliação Itinerante registra 477 atendimentos à população de Balsas

Durante a segunda edição de 2022 da Conciliação Itinerante, realizada no polo de Balsas, no período de 14 a 18 de março, cidadãos e cidadãs solucionaram os mais diversos tipos de conflitos, de forma rápida, simples e gratuita. O evento, realizado em São Pedro dos Crentes (14/3), Nova Colinas (15/3) e Balsas (16, 17 e 18/3), registrou 477 atendimentos à população, dentre audiências e serviços diversos.

O projeto – promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka – visa facilitar o acesso da sociedade à Justiça.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, fez um balanço positivo da iniciativa, no polo de Balsas, ressaltando a importância do projeto Conci-

liação Itinerante. “O balanço da ação foi extremamente positivo. Muitas pessoas nos procuraram para resolver suas demandas, durante o evento. Afinal, esse é o intuito da Conciliação: estreitar o relacionamento entre o Poder Judiciário e a população e facilitar a vida de cidadãos e cidadãs, ao solucionar conflitos de maneira rápida e simples, sem burocracia”, pontuou.

O desembargador José Gonçalo registrou agradecimentos especiais ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e ao corregedor-geral de justiça, desembargador Paulo Velten, pelo apoio incondicional ao projeto. “Os desembargadores Lourival Serejo e Paulo Velten têm lutado bastante para que as ações do Poder Judiciário atinjam as pessoas que realmente precisam”, frisou.

José Gonçalo registrou agradecimentos, também, às

Prefeituras Municipais de São Pedro dos Crentes, Nova Colinas e Balsas, pela parceria no evento; a magistrados, magistradas, servidores e servidoras da Justiça; e a todos os profissionais envolvidos na ação, que contribuíram para o êxito do projeto.

### CONCILIAÇÃO

Todas as sessões da segunda edição do projeto Conciliação Itinerante foram devidamente conduzidas por conciliadores e conciliadoras do TJMA, com o apoio de servidores e servidoras da Justiça.

Dentre as audiências processuais (com processo em andamento) e pré-processuais (sem processo) realizadas durante o evento (177), 88 resultaram em acordo entre as partes, o que representa um percentual de 50% de conciliação. Também foram registradas 20 coletas de material

para exame de DNA.

Na oportunidade, os cidadãos e as cidadãs resolveram diversas questões, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, orientações jurídicas, dentre outras.

Em São Pedro dos Crentes, além das audiências, em parceria com a Prefeitura Municipal, a população teve acesso a variados serviços: consultas médicas, testes rápidos, aferição de pressão arterial, cadastro único, dentre outros.

#### PLATAFORMA

Durante o projeto Conciliação Itinerante, o TJMA ofereceu serviços de acesso e

orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

#### AGENDA COMPLEMENTAR

Durante a programação nos municípios, o presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, também cumpriu uma agenda complementar.

Em Nova Colinas, o presidente do Nupemec/TJMA, José Gonçalo Filho, realizou visita à Casa do Cidadão, com a presença da secretária de Assistência Social e Direitos Humanos de Nova Colinas, Gláucia Maranhão; do promotor de Justiça da 3ª Promotoria de Balsas, Lindomar Della Libera; do assessor da Prefeitura, Kelven Gomes; e do secretário Judicial da 4ª Vara de

Balsas, Francisco Júnior.

Já em Balsas, visitou o Sebrae, sendo recebido no local pelo diretor da instituição, Diógenes Souza. Na oportunidade, discutiram sobre o projeto Conciliação Itinerante e suas inúmeras vantagens e a possibilidade de firmarem uma parceria institucional. Na mesma data, o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho também realizou visita à UniBalsas com o intuito de conhecer o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejucs), instalado em parceria com a instituição de ensino.

Em Balsas, o presidente do Nupemec/TJMA também reuniu-se com a superintendente da FAPCEM Agrobrasas, Gisela Introvini, para tratar sobre assuntos relacionados à conciliação. **(Amanda Campos - Agência TJMA)**

Divulgação: Ascom/TJMA



## Informe JP

### Miudinhas

\*\*\* A desembargadora maranhense Ângela Salazar recebeu nesta quarta-feira (23), no Senado Federal, o Diploma Bertha Lutz, honraria dedicada a cidadãs que tenham contribuído para a defesa dos direitos da mulher e para as questões do gênero no Brasil. O diploma foi concedido pela última vez em 2019 e o nome da desembargadora foi sugerido pelo senador Weverton.

\*\*\* Ângela Salazar é graduada em Serviço Social e em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Foi delegada e promotora de Justiça do Ministério Público do Maranhão. Ingressou na Magistratura em 1986, tendo atuado em diversas comarcas e na vara da Infância e da Juventude de São Luís.

\*\*\* Em 2005, implantou a 11ª Vara Criminal de São Luís, com competência para processar e julgar crimes contra crianças e adolescentes. Atuou também na Vara de Família e foi coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Maranhão. Chegou ao cargo desembargadora por merecimento em 2013.

## Acesso à Justiça

# Juízo '100% Digital' funciona em 246 unidades judiciais do Maranhão

No Judiciário do Maranhão, 246 unidades judiciais da Justiça de Primeiro Grau já estão funcionando como “Juízo 100% Digital”, em que todos os atos processuais são praticados de forma eletrônica, por meio da rede mundial de computadores, e as audiências e sessões ocorrem em salas virtuais de videoconferência, com as partes participando de forma remota. Nessas unidades, o cidadão não precisa ir ao fórum para ter acesso à Justiça. Estão estruturadas como “Juízo 100% Digital” todas as varas, juizados especiais e turmas recursais que trabalham com o processo judicial eletrônico (PJe) de competência cível, de

família e da fazenda pública. Não adotam esse modelo as unidades com competência exclusivamente criminais, como as varas criminais, Tribunal do Júri, violência doméstica contra a mulher, entorpecentes, de execução penal e os juizados criminais. No fórum de São Luís, capital, já se encontram em funcionamento 100% digital da 1ª a 16ª Vara Cível; da 1ª a 6ª Vara de Família; da 1ª a 10ª Vara da Fazenda Pública; 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude; 1ª Vara de Interdição, Sucessões e Alvarás; Vara Especial do Idoso e Registros Públicos; Vara Agrária; Vara da Saúde Pública; 1ª e 2ª Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Também já são 100% digitais do 1º ao 14º Juizado Especial das Relações de Consumo; o Juizado Especial da Fazenda Pública, Estadual e Municipal de São Luís; a 1ª e a 2ª Turma Recursal Permanente da Comarca da Ilha de São Luís.

### PARTE PODE DECIDIR

A adoção do “Juízo 100% Digital” não é obrigatória aos envolvidos na questão judicial. A parte demandante (autora) da ação pode se manifestar contra o uso dessa ferramenta no momento da distribuição do processo. Caso seja aceita essa forma de tramitação processual, as partes devem fazer essa opção e informar o correio eletrônico e o número do telefone móvel

celular para comunicação dos atos processuais necessários. O andamento processual no ambiente 100% digital foi antecedido pela implantação do Sistema Processual Judicial Eletrônico (PJE) nas unidades judiciais pelo Tribunal de Justiça, que estruturou as varas e juizados especiais para receberem e processarem as ações de forma eletrônica, disponibilizando às partes o acesso virtual e de forma remota aos autos.

### RAPIDEZ PROCESSUAL

Autoridades do meio judiciário apontam as diversas vantagens que o Juízo 100% Digital proporcionam à Justiça, como a “economia de recursos orçamentários, maior celeridade e eficiência da prestação jurisdicional”, que resultam na melhoria da qualidade dos serviços e na facilidade de acesso à Justiça pela população.

**Orçamento** Administração pública

# PEC prevê bônus a juiz e procurador

— Base governista tenta emplacar proposta que adiciona 5% aos salários do Judiciário e do MP a cada 5 anos de trabalho; ideia é diminuir pressão das categorias por aumento

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁG. B2

Orçamento Bônus para juízes e procuradores

# Salários podem romper teto com benefício articulado pelo governo

**Quinquênio previsto em projeto não conta como remuneração-base e, com isso, vencimentos poderiam superar os R\$ 39,3 mil**

.....  
**DANIEL WETERMAN**  
**ADRIANA FERNANDES**  
BRASÍLIA  
.....

O governo do presidente Jair Bolsonaro atua no Congresso para ressuscitar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garante um benefício extra no contracheque de juízes e procuradores. O *Estado/Broadcast* apurou que o Palácio do Planalto colocou a digital na demanda pela volta do chamado quinquênio (adicional de 5% do salário a cada cinco anos) para o Judiciário, mas senadores só aceitam apoiar o projeto se o benefício for ampliado para outras categorias.

O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, já discutiu a proposta com servidores interessados. No dia 16 de fevereiro, o chefe da pasta se reuniu

com o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), desembargador José Ribamar Oliveira, seu reduto eleitoral, e recebeu a demanda. Procurada, a Casa Civil não se manifestou.

O movimento é visto nos bastidores como mais uma tentativa do governo de conceder benesses em ano eleitoral com custo fiscal e diminuir a pressão por reajuste nos salários do funcionalismo. Um aumento direto e mais amplo geraria um efeito cascata em todo o funcionalismo público, em uma escala de impacto maior para os cofres públicos. Com a volta apenas do adicional, o efeito seria menor.

A verba indenizatória é cobijada por juízes e procuradores, que passariam a receber o adicional acima do teto constitucional, de R\$ 39,3 mil mensais. Como o quinquênio funciona como uma espécie de aumento salarial, mesmo que não seja incluído formalmente na remuneração-base, a pressão geral dos magistrados e procuradores por reajuste poderia diminuir.

Para magistrados e membros do Ministério Público, esse benefício já não existe desde 2005

– no Executivo ele acabou antes, em 1999. A proposta de retomá-lo estava parada no Senado, foi apresentada em 2013 e, desde então, diferentes cálculos de impacto foram apresentados. As projeções variam de R\$ 1 bilhão a R\$ 4 bilhões por ano para a União e governos estaduais.

Procuradores e magistrados têm procurado senadores para pautar a PEC, tirando o texto da gaveta. De acordo com parlamentares ouvidos pela reportagem, há uma articulação em curso para a proposta ser votada diretamente no plenário, pois foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2014, e ainda estender o benefício para outras categorias, como defensores públicos, integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e delegados.

“Não há como pensar a tríade sistêmica da Justiça sem a presença da Defensoria Pública, assim como não se pode admitir o alijamento de tão cara instituição da PEC nº 63/2013, por inegável violação à simetria constitucionalmente estabelecida aos membros de tais carreiras”, escreveu a senadora

Soraya Thronicke (PSL-MS) ao apresentar uma emenda para ampliar o benefício também para os defensores públicos.

**EMENDAS.** Com a movimentação de juízes e promotores, quatro emendas foram apresentadas para conceder o benefício a outras categorias desde o último dia 16. “Se aprovada a PEC 63, é importante reconhecer que os problemas que a proposta visa a corrigir não são exclusivos da magistratura e do Ministério Público, mas atingem todo o funcionalismo”, afirmou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que apresentou uma emenda para estender a verba para todo o funcionalismo.

O movimento dos servidores, que estava hibernando diante da crise dos combustíveis, aos poucos está sendo renovado. Ontem, na frente do Ministério da Economia, servidores fizeram protesto barulhento na mesma hora em que o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, participava pela internet de debate organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) justamente sobre regras fiscais. ●

.....

## O que já vigora



### Benefícios vão de férias mais longas a auxílios

#### ● Férias

A extensão é de 60 dias

#### ● Moradia

Auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil é oferecido a todos os magistrados sem residência oficial nas comarcas

#### ● Alimentação

Em 24 Estados, o vale-alimen-

tação é superior a R\$ 1 mil

#### ● Extra

Há benefício extra para juízes que atuam simultaneamente em mais de uma vara ou acumulem “acervo processual” sob sua responsabilidade

#### ● Total

R\$ 48,2 mil é a despesa média mensal por magistrado, incluindo salário, indenizações, encargos e impostos de renda e despesas como passagens aéreas e diárias, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)